

ANDRE LUIZ MORO BITTENCOURT

O CHAMADO

“PENTE-FINO”

DO INSS

**Alternativas Processuais para a
Reativação dos Benefícios por
Incapacidade e BPC**



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná

Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br

www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

1223634

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B624c

Bittencourt, André Luiz Moro

O chamado "Pente-Fino do INSS: alternativas processuais para a re-ativação dos benefícios por incapacidade e BPC / André Luiz Moro Bittencourt – 1.ed. - Curitiba: Alteridade, 2022.

192 p. 21,5cm

ISBN 978-65-89533-41-2

1. Previdência social. 2. Benefícios por incapacidade. I. Título

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626
Diagramação e revisão: Know-how Desenvolvimento Editorial
Capa: Paulo Benczik

SUMÁRIO

Nota do Autor.....	11
Capítulo 1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO E SUAS PECULIARIDADES	
1.1 Aspectos Iniciais – Prévio Requerimento Administrativo	17
1.2 Demais Situações.....	30
Capítulo 2 – ALTA PROGRAMADA	
2.1 Aspectos Iniciais.....	37
2.2 Evolução Legislativa da Alta Programada	40
2.2.1 A alta programada até o advento da Medida Provisória 739/2016	40
2.2.2 A alta programada após o advento da Medida Provisória 739/2016	45
2.2.3 Da permanência da situação incapacitante	61
2.2.3.1 Do pedido de prorrogação.....	61
Capítulo 3 – PENTE-FINO	
3.1 Aspectos Iniciais.....	67
3.2 Aspectos Procedimentais.....	72
3.3 Demais Situações que Podem Gerar a Convocação.....	75
3.4 Natureza do Pente-Fino.....	76
3.4.1 Da decadência nos atos revisionais.....	77
3.5 Das Situações que (Im)Possibilitam a Convocação.....	89
3.5.1 Da concessão administrativa e da convocação para revisão	95
3.5.2 Da concessão judicial por tutela de urgência e da convocação para revisão.....	98

3.5.3 Da concessão judicial com trânsito em julgado e da convocação para revisão	105
3.6 Dos Procedimentos Necessários após a Realização da Convocação	111
3.6.1 Dos deveres dos peritos na perícia de revisão.....	118
3.6.1.1 Da necessidade de perícia externa	125
3.6.2 Da cessação do benefício e da verificação da (i)legalidade do ato	126
3.6.2.1 Da possibilidade/dever de atuação de ofício do INSS.....	129
3.6.2.2 Cessação da invalidez e existência de incapacidade para atividade habitual	134
3.6.2.3 Cessação da incapacidade e existência de sequelas decorrentes de acidente do trabalho ou de qualquer natureza	136
3.6.2.4 Cessação da incapacidade e existência de requisitos para concessão de outros benefícios previdenciários	140
3.6.2.5 Da manutenção do quadro incapacitante e da necessidade de demonstração da ilegalidade do ato de cessação quanto a sua forma.....	160
3.6.2.6 Da manutenção do quadro incapacitante e da necessidade de demonstração da ilegalidade do ato de cessação quanto a seu conteúdo	168
Referências	189